



4

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, José Manuel Martins Ribeiro, do **Primeiro Secretário** António Jorge Macedo Pimentel e na ausência da **Segunda Secretária**, foi convidada Maria Teresa Rodrigues Carvalho, para ocupar o cargo. Verificada a existência de quórum, face à presença de cinquenta e dois membros, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----De seguida, pelo Presidente da Mesa, foram anunciados os pedidos de substituição dos seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Presidente da Junta de Freguesia de Passos, pela Secretária da Junta, Lúcia do Céu Ribeiro Martins e a Presidente da Junta de Freguesia de Antime e Silves S. Clemente, pelo Tesoureiro da Junta, José Manuel Freitas Nogueira. Pediram, ainda, a sua substituição, os seguintes membros: Rui Manuel Carvalho Ribeiro; Vera Alexandra Mendes Soares e Maria Mercedes Mendez Y Pardo, todos eleitos pela Lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” e José Manuel Ribeiro Cardoso, eleito pela lista “Unidos a Fafe – PPD/PSD-CDS-PP”.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de cinquenta membros.-----

-----O Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem.-----

-----Passou-se para o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

-----De seguida, foi apresentada a seguinte proposta:-----

– Voto de Louvor ao atleta David Teixeira, do Andebol Clube de Fafe, apresentado pelo Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”, por distinguir um clube da terra e elevar o nome de Fafe aos mais altos patamares desportivos dado que, com apenas 14 anos de idade, na sua posição de lateral esquerdo, ser o único convocado a nível nacional, para representar Portugal, o que demonstra as suas capacidades atléticas e competências humanas e desportivas. Como ninguém quis intervir foi colocada a votação e a **Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----



-----Passou-se ao período de intervenções.-----

-----Foi dada a palavra a **Armindo Manuel Tavares Fernandes**, eleito pela lista do Partido Socialista que começou a sua intervenção fazendo referência ao Festival da Vitela e realçou a importância do mesmo e enalteceu a divulgação que a Confraria faz do evento. No entanto, chamou a atenção para o espaço coberto que, por um lado, face ao mau tempo que se fez sentir e, por outro lado, a grande afluência do público mostrou-se insuficiente e que fez com que as pessoas se deslocassem a restaurantes da cidade. Sugeriu, por isso, que fosse aumentado o espaço. Congratulou-se, ainda, e enalteceu o esforço que a Câmara fez, mais uma vez, em trazer a RTP1, para divulgar o Festival da Vitela pela segunda vez. Por fim deixou a sugestão para se realizar o Festival da Vitela em duas datas, sendo que uma delas poderia ser na Primavera.-----

-----De seguida usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei e Varzeacova** para chamar a atenção sobre o estado de degradação do edifício do Palácio da Justiça referindo que, o mesmo, necessitava urgentemente de obras e apelou e solicitou o empenho pessoal do Presidente da Câmara e a colaboração da Ordem dos Advogados para intercederem junto do Governo para serem efetuadas as referidas obras.-----

-----Usou da palavra **João Pedro Marques e Castro**, da lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” para propor a alteração do Regulamento de atribuição do Cabaz de Natal, para o próximo ano, de forma a simplificar o acesso ao mesmo, nomeadamente, a nível da documentação. Deu o exemplo da prova do domicílio fiscal, onde era exigido dois documentos, o do Portal das Finanças e da Junta de freguesia, considerando que se devia reduzir apenas para um.-----

-----Seguiu-se a intervenção de **Duarte Teixeira Rocha**, eleito pela lista “Unidos a Fafe – PPD/PSD-CDS-PP para colocar duas questões. A primeira, sobre o carregamento elétrico, quis saber se existia algum critério para se fazer os carregamentos, nomeadamente, quanto ao tempo de carregamento de cada viatura, dado ter verificado que os lugares estão sempre ocupados. Questionou, ainda, se não será de pensar em colocar postos de carregamento noutras locais. A outra questão foi sobre os parómetros, referindo que frequentemente existem várias máquinas avariadas e quis saber se a Câmara vai resolver a situação.-----



h

-----Seguiu-se a intervenção de **Rogério António de Sousa Gonçalves**, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”, que antes de colocar as questões ao Presidente da Câmara, quis saudar e enaltecer a Câmara Municipal pela forma como comemorou o Dia Mundial das Cidades Educadoras, lembrando que Fafe faz parte da rede mundial das cidades educadoras. Realçou que foi uma comemoração que vai no sentido da promoção da cidadania e do bem-estar, e que se enalteceu todos os parceiros e instituições que se têm empenhado em garantir uma educação inclusiva e para todos. De seguida colocou as questões, começando por referir que o Primeiro Ministro anunciou que o Governo iria lançar um novo programa para criar uma nova geração de rede de Creches com o objetivo de criar sete mil vagas em Creches de todo o País dando prioridade às áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa e a todos os concelhos em que a taxa de cobertura ainda está abaixo do objetivo europeu dos 30%. Referiu que o Governo vai criar também também um complemento-creche, atribuindo a todos os cidadãos que tenham filhos nas creches "um valor garantido e universal", a partir do segundo filho e que esta semana, o Conselho Nacional de Educação veio reforçar a sua Recomendação n.º 3/2011 em que propunha uma revisão urgente da Lei de Bases do Sistema Educativo de modo a contemplar no sistema educativo a educação dos 0 aos 3 anos, no pressuposto de que a educação se inicia à nascença. Perante estes dados e informações, questionou qual a Taxa de cobertura em Fafe para se poder beneficiar deste programa, e se já estão pensadas algumas medidas dirigidas à 1ª infância. A segunda questão foi sobre Fafe dos Brasileiros, referindo que era um assunto do conhecimento de todos. Referiu que em tempos o professor Miguel Monteiro assumiu a defesa desse património ao propor um projeto integrador de todos os espaços onde era manifesta a presença e influência dos brasileiros de torna-viagem. Referiu, ainda, que foi criado o Museu da Emigração física e virtualmente, com objetivos de dimensão nacional, que atraiu sinergias e parceiros motivados para dar sentido a esse projeto, tendo em agosto de 2005 o jornal Público como notícia “Museu Nacional da Emigração nasce em Fafe”. Referiu que, no entanto, em abril de 2018, o Diário de Notícias informava que “o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luís Carneiro, revelou a constituição do Museu Nacional da Emigração em Matosinhos, projeto do



arquiteto Souto de Moura.” Questionou onde afinal se localizava o dito Museu Nacional da Emigração dado que decorridos poucos anos, viu esmorecer ou mesmo desaparecer uma intenção que seria uma mais-valia para Fafe enquanto que, na sua opinião, outros concelhos ganharam dimensão nessa área. Quis registar, também, que existia o dito Museu da Emigração (não nacional), disponível ao público, mas de portas fechadas e, questionou o Presidente da Câmara sobre o que poderão esperar deste executivo relativamente ao “Fafe dos Brasileiros”, no respeito pela memória do professor Miguel Monteiro, com a nota de que no orçamento para 2020 não havia referência aos museus. Por último, referiu que as alterações climáticas fazem parte do nosso dia-a-dia e que tanto têm dado que falar, referindo que, ultimamente, os jovens têm assumindo intervenções de referência a nível mundial, lembrando a quarta greve climática estudantil em Portugal. Questionou sobre o que se pensa fazer nesse domínio para que não se fique a pensar que o pecado ecológico é apenas dos outros, ou se estarão à espera que o governo central mande fazer alguma coisa. Terminou referindo que era importante passar das palavras aos atos porque, na sua opinião, o sistema capitalista não se compadecia com questões ambientais, dando como exemplo o que há bem pouco tempo acontecia com os rios do concelho.-----

-----Usou de seguida a palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira**, da Lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”, para alertar sobre a vegetação que impede a visibilidade da sinalização de trânsito em várias vias da cidade, nomeadamente, na Avenida do Brasil e na Rua do Arquivo Municipal, onde existem sinais que não são visíveis devido à vegetação. Chamou a atenção para o tema das acessibilidades para todos, referindo que Fafe há uns anos atrás era uma referência mas, na sua opinião, atualmente não cumpria a legislação. Deu como exemplos os lugares de estacionamento e algumas obras de remodelação que, na sua opinião, não cumprem a legislação e, como tal, não acautelam a acessibilidade para todos.-----

-----Seguiu-se a intervenção de **Manuel Cristóvão Ferreira Barbosa**, eleito na Lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” para mostrar a sua preocupação sobre a segurança rodoviária na Via Circular dado o separador estar a ocupar a faixa de rodagem. Alertou, ainda, que na Travessa Serpa Pinto existem obras inacabadas que



6

podem originar acidentes e que existem na cidade alguns passeios com buracos e estradas em mau estado de conservação.-----

-----De seguida usou da palavra **Francisco José Gonçalves Pinto**, eleito pela Lista “Unidos a Fafe – PPD/PSD-CDS-PP”, para falar sobre as taxas municipais, nomeadamente, as taxas da feira semanal, referindo que havia já a concordância para descer as mesmas e que tal não aconteceu. Alertou ainda sobre o abandono em que se encontra o cemitério municipal e, por fim, quis saber o porquê de a Câmara ainda não ter emitido parecer sobre a mudança de nome da freguesia de Passos.-----

-----Usou da palavra **José Manuel Gonçalves Domingues** eleito pelo Partido Socialista para, sobre a vegetação, referir que o que estava mal era a colocação dos sinais que, na sua opinião, deveriam ser colocados de forma a não serem tapados pela vegetação. De seguida fez uma breve alusão ao Dr. Miguel Monteiro, considerando-o pioneiro no estudo de Fafe e dos Brasileiros e que, na sua opinião, merecia melhor e maior reconhecimento e agradecimento pelo trabalho que fez em prol de Fafe. Considerou que, por vezes, existe uma apropriação indevida pelo seu trabalho.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas.-----

-Começou por agradecer todas as questões e reparos colocados e, sobre o Festival da Vitela referiu que mesmo com chuva correu muito bem.-----

-sobre o edifício do Tribunal fez o enquadramento da situação com a saída da Conservatória do Registo Civil e a instalação do Tribunal de Menores, em condições mínimas de funcionamento, e que iria pedir uma audiência para retomar o dossier das obras que se impõem.-----

-relativamente à atribuição dos cabazes disse que concordava com a simplificação do processo.-----

-quanto aos carregamentos elétricos disse que há um aviso quando o carro está carregado e que a PM pode e deve fiscalizar para evitar abusos de estacionamento indevido.-----

-sobre os parcómetros admitiu que uma ou outra máquina pode não funcionar temporariamente mas que não tinha conhecimento de grandes avarias.-----



-quanto à rede nacional de creches referiu que estavam atentos e disponíveis para com o governo criarem uma rede pública de creches.-----

-relativamente a Fafe dos Brasileiros, começou por referir que não pode ser esquecido, antes pelo contrário. Informou que foi pensado promover a semana luso/brasileira mas que é, ainda, apenas uma ideia. Sobre o Museu disse que o mesmo funcionava e sobre Matosinhos referiu que, apesar do investimento, não viu nada a não ser notícias.-----

-agradeceu ao Eng. Bruno o reparo sobre a sinalização tapada pela vegetação, considerando que a mesma pode ser resolvida.-----

-sobre as acessibilidades discordou da leitura efetuada e elencou algumas situações que demonstram que existe essa preocupação por parte dos serviços.-----

-em resposta às questões colocadas pelo membro da Assembleia, Francisco Pinto, informou que as taxas municipais iriam ser revistas e sobre o cemitério referiu que não considerava que o mesmo estivesse ao abandono.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para coloca duas questões ao Presidente da Câmara. A primeira, sobre se os carregamentos elétricos eram pagos, a outra quis saber o ponto da situação das Casas dos Magistrados. Fez ainda uma breve intervenção sobre os Museus, nomeadamente sobre o Museu da Imigração referindo que o mesmo não funcionava. Lembrou que quando foi anunciado o Museu Nacional de Emigração, em Matosinhos, manifestou ao Presidente da Câmara e ao Vereador da Cultura a sua preocupação e solicitou para que o Município protestasse junto do Secretário de Estado e do Governo, dado que já havia da parte do Estado o comprometimento com o Museu de Emigração de Fafe e que seria bom para o desenvolvimento de Fafe, nomeadamente, para o desenvolvimento cultural.-----

-----Usou de novo a palavra o **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. E respondeu dizendo que os carregamentos, ainda, são gratuitos. Quanto às Casas dos Magistrados informou que uma das casas já estava na posse do Município a outra terá já sido alienada. Sobre o Museu Nacional da Emigração referiu que o Município teve vários contactos com o Governo, nomeadamente com o Ministro da Cultura e que foi pensada a criação de uma rede com vários Municípios com preocupações na área da emigração para ser complementar mas que, por razões várias, não aconteceu.-----



-----Entrou-se no Período da Ordem do Dia-----

Ponto Dois – ORDEM DO DIA-----

Ponto Dois Ponto Um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.-----

-----O Presidente da Mesa congratulou-se e agradeceu ao Presidente da Câmara por ter enviado atempadamente a informação por si solicitada, na última sessão, relativa ao ponto de situação das competências transferidas, que foi distribuída com o expediente a todos os membros da assembleia.-----

-----De seguida usou da palavra **Maria de Fátima Pereira Caldeira**, eleita pela Lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” que começou por dizer que na informação escrita o Presidente da Câmara dava conta que se encontrava em execução ações relacionadas com estabilização de emergência pós incêndios florestais em Fafe e dada a sua correlação quis dar nota do programa de reabilitação e requalificação dos eco-sistemas ribeirinhos, que arrancou no início do ano, em zonas do concelho que foram afetadas por incêndios em 2017, explicou em que consistia e pediu ao Presidente da Câmara que informasse o ponto da situação, nomeadamente, se o programa estava concluído, se foram efetuadas as limpezas previstas e quais os procedimentos futuros, ou seja, quem iria ficar responsável por limpar, acompanhar e fiscalizar estes locais. Ainda, sobre a informação escrita, congratulou-se pelo início do procedimento para a requalificação dos Parques Infantis. Referiu, ainda, que concordava com as obras nas redes viárias, em algumas freguesias, constantes da informação escrita mas alertou que, conforme já referido por si, noutras sessões, também era necessário incluir algumas obras nas redes viárias da freguesia de Estorãos.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. Começou por dizer que o trabalho de limpeza das margens do rio foi concluído e a competência para acompanhar e fiscalizar é da Câmara e das entidades envolvidas, quanto à limpeza a responsabilidade é dos proprietários. Quanto aos Jardins Infantis informou que tem o compromisso que até final do ano estejam as obras concluídas.-----

-----Como mais ninguém quis intervir a **Assembleia Municipal tomou conhecimento**.-----



Ponto Dois Ponto Dois – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa ao pedido de declaração de interesse público municipal de uma indústria (Fábrica do Ferro), sito na rua José Ribeiro Vieira de Castro, n.º 1300, desta cidade de Fafe, requerido por Actinvest – Investimentos Mobiliários e Imobiliários, S.A.-----

-----Pedi a palavra **Duarte Teixeira Rocha** para esclarecer que o PSD tem votado favoravelmente estes pedidos, no entanto, lembrou que já em outubro de 2018 foi proposto ao executivo para regulamentar a atribuição do interesse público para o Município de Fafe. Informou que já existe esta regulamentação em municípios vizinhos e que passado um ano, não foi apresentado qualquer documento.-----

-----De seguida usou da palavra **Bruno Manuel Silva Oliveira** para lembrar que o Movimento Fafe Sempre se tem abastido nas últimas votações, precisamente, por falta de regulamentação. Por esse motivo esclareceu que irão a partir de agora apreciar caso a caso e, neste, iriam votar favoravelmente.-----

-----Como mais ninguém quis intervir a **Assembleia deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar.**-----

-----O Presidente da Assembleia ditou para ata a seguinte declaração de voto: “Pelas razões anteriores, neste tipo de assunto, e também pelo que foi dito nas duas intervenções, eu como sou jurista não aprecio caso a caso, porque isso é a negação da lei e, portanto, mantenho a minha atitude neste tipo de matérias, pese embora, reconheça que este e outros casos que aqui já referi também serão porventura merecedores do reconhecimento do interesse público. Outros que já aqui esta Assembleia votou, no meu ponto de vista, não têm essa dignidade. Alerto apenas o executivo para o risco que está a correr de, eventualmente, uma qualquer ação inspetiva poder vir a anular todas as deliberações que já foram tomadas por falta de fundamentação com natural prejuízo para os beneficiários das nossas decisões. Sugiro que, como já aqui foi dito e como já foi recomendado que o executivo faça a regulamentação desta matéria.”-----

Ponto Dois Ponto Três – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para apresentar o Orçamento e começou por realçar o rigor do documento elaborado pelos Serviços. Referiu que se



4

tratava de um documento de concretização de ações que começavam a concretizar-se, dando como exemplo as escolas, lembrando que ainda não estão concluídas, elencando algumas das obras em falta. Continuou com a explanação do documento salientando, ainda, outras obras, nomeadamente, o Nú de Arões que estava praticamente concluído, o Bairro da Cumieira e zona envolvente e a Zona Industrial de Regadas que esperava que tivesse um grande impulso no próximo ano. Referiu, ainda a construção do Pavilhão da Escola Secundária e da requalificação do Pavilhão Municipal, a construção dos Campos de Ténis, no Parque da Cidade, e o início da construção da Piscina Municipal, e outros projetos, previstos em Orçamento, nomeadamente, de Rede Viária. Explicou também o apoio às freguesias de forma harmoniosa. Salientou o aumento das despesas com pessoal que resultava do processo de contratação que estava a decorrer e também das progressões na carreira. Da parte da receita referiu que seriam para continuar os benefícios fiscais aos fafenses que reduzia substancialmente a receita. Por fim, lembrou que o Município de Fafe depende, ainda, muito das transferências do Estado face à sua dimensão.-----

-----Usou da palavra **Bruno Manuel Silva Oliveira**, que começou a sua intervenção referindo que o documento em discussão era já o sétimo orçamento apresentado pelo Presidente da Câmara e que deveria ser analisado à luz desse contexto. Referiu, ainda, que era o orçamento mais alto. Por um lado, porque haviam mais verbas transferidas pelo Estado, sinal de que eram cobrados mais impostos às pessoas, e por outro, a contração de mais empréstimos bancários e os fundos comunitários, certamente, contribuíam para esse aumento do valor do orçamento. Face, a este aumento quis saber o porquê de se manter o mesmo valor das transferências de investimento para as freguesias, cujo valor se mantém há vários anos. Referiu também que era um orçamento que dava continuidade às obras em curso, dando como exemplo o Bairro da Cumieira. Realçou as obras que apesar de prometidas, pelo Presidente da Câmara, não iram, mais uma vez, concretizar-se, elencando os dois pavilhões gimnodesportivos; o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios e limpeza das faixas de gestão de combustível; requalificação do Rio Vizela e suas margens e Centro/espço de incubadoras de empresas que com a zona industrial Arões/Golães quase concluída, na sua opinião, fazia todo o sentido que “incubadoras de empresas” estivessem já no



terreno, bem como garantidas melhores acessibilidades. Quis saber, no tocante à remoção de amianto na cobertura das escolas, se estava tudo resolvido e se não seria necessário mais nenhuma intervenção. Fez de seguida uma análise ao que estava previsto no plano e orçamento para a requalificação do Pavilhão da Escola Carlos Teixeira e questionou se eram necessários dois anos letivos para as obras, mostrando preocupação com os alunos. Afirmou que o Presidente da Câmara com esta proposta de orçamento abandonou outros projetos, nomeadamente, o tão falado Corredor Verde, os Museus e a Casa da Cultura que não têm qualquer verba atribuída. Continuou realçando a ausência de requalificação da Piscina Municipal e Pavilhão Multiusos, para os quais existem candidaturas, no âmbito da eficiência energética. Ausência, ainda, de investimento do Parque Automóvel da Câmara que, na sua opinião, está velho. Salientou, ainda, a ausência da requalificação urbana, com candidaturas pré-aprovadas e vias municipais que necessitavam de repavimentações. Disse, ainda que o orçamento privilegiava a subsidio-dependência e a contratação de serviços externos muito onerosos. Analisou o aumento da despesa corrente, nomeadamente a despesa com pessoal, nos últimos quatro anos, referindo que a tendência seria para aumentar ainda mais e que era preocupante. Terminou referindo que face à análise efetuada ao documento em discussão e não garantindo o mesmo a melhor distribuição dos recursos, o Movimento Fafe Sempre iria abster-se na sua votação.-----

-----De seguida usou da palavra **Duarte Teixeira Rocha** que começou por dizer que o PSD iria abster-se na votação do Orçamento, pelos motivos que a seguir iria mencionar e começou por referir os aspetos positivos, nomeadamente, a Zona Industrial de Regadas, e outras obras referidas anteriormente pelo Presidente da Câmara. Quanto aos aspetos negativos referiu o aumento da despesa corrente, considerando preocupante que cerca de 62% desta receita consomem o orçamento. Referiu que como foi dito pelo Presidente da Câmara este aumento está relacionada com os recursos humanos mas, não só. Na sua opinião, o aumento da despesa corrente está, também, relacionado com o aumento dos apoios a associações e com festas ou eventos que a Câmara tem vindo a realizar. Outro aspeto negativo que referiu foi a incubadora de empresas que continuava a não ser uma opção para o executivo. E, por



64

fim, salientou a falta de investimento em infraestruturas nas freguesias realçando que as transferências de capital a transferir para as juntas de freguesia continuavam a ser inferiores às verbas atribuídas às associações.-----

-----Seguiu-se a intervenção de **Anabela Cunha Martins** eleita pela Lista do Partido Socialista, que começou por referir que era o penúltimo orçamento deste mandato, e que se assemelhava em muito com o anterior, quer em números, quer no seu conteúdo, essência e propósitos. Salientou que era um orçamento que ultrapassava os 40 milhões de Euros, cuja receita corrente era 27,6 milhões de euros e a despesa corrente de 24,7 milhões de euros. Realçou que a diferença entre estas duas rubricas iria permitir uma poupança de 2,8 milhões de euros, possibilitando que se convertam em despesa de capital, atingindo com esse valor incluído, um investimento superior a 15 milhões de euros. Continuou a sua intervenção fazendo referencia a obras concluídas ou em estado de término, realçando como dois grandes projetos, quer a nível estrutural quer a nível financeiro, a construção e recuperação do Centro Educativo Professor Carlos Teixeira e da Escola Secundária de Fafe, considerando que tal investimento estava identificado e reconhecido como uma necessidade urgente e primordial há mais de uma dezena de anos. Referiu, também que estava perto de ver concluído, a construção do nó de Arões, obra reclamada há mais de uma década pela população e empresários, realçando que foi este executivo que desbloqueou este projeto e deu concretização ao mesmo. Mencionou ainda que transitava do orçamento anterior, a aquisição dos terrenos da Zona Industrial de Regadas; a continuidade da recuperação e requalificação do Bairro Social da Cumieira e área envolvente; a requalificação da Rua Raul Brandão e arruamentos complementares, referindo que estes dois últimos projetos estavam financiados através de candidatura. Realçou, ainda, que o orçamento de 2020, tinha novo projetos, alguns deles também reivindicados há muitos anos, dos quais a construção da Piscina Municipal e do Campo de Ténis no Parque da Cidade. Referiu ainda outras obras previstas no orçamento para 2020, nomeadamente, a requalificação de vários equipamentos desportivos, sejam os pavilhões escolares (gimnodesportivos) do Centro Educativo Professor Carlos Teixeira e da Escola Secundária de Fafe, seja a requalificação Pavilhão Municipal, este último financiado através de candidatura Portugal 2020. Igualmente através de candidatura,



referiu a reconversão do antigo armazém da estação ferroviária de Fafe, em Galeria de Arte. Falou, ainda, da requalificação urbana em várias zonas da cidade e a comparticipação do município na requalificação de vias e arruamentos em diversas freguesias. Realçou que com este orçamento continuava o apoio do Município na área da intervenção social, na proteção aos mais desfavorecidos e os que apresentavam maiores dificuldades económicas, e que permanecia o investimento na promoção da atividade turística e cultural da cidade, nos vários eventos anuais que se realizavam. Continuou a sua intervenção referindo que as juntas de freguesia continuavam a contar com o apoio do Município, com a transferência de 2 milhões Euros e, da mesma forma, pessoas singulares e coletivas, continuavam a contar com apoios fiscais, nomeadamente, a devolução 2% do IRS aos fafenses, o IMI com taxa mínima fixada por lei, isenção da Derrama, entre outros benefícios fiscais. Considerou que, o Município com esforço, dedicação e colaboração de todos os responsáveis políticos, consegue garantir boa qualidade de vida, com boas infraestruturas, oferecendo atividades recreativas e culturais frequentes e investindo diariamente na promoção do bem estar dos fafenses, sem colocar em causa as contas públicas, mantendo o rigor e responsabilidade financeira. Como prova deste rigor mencionou a posição que o Município de Fafe, ocupa no Ranking da Eficiência Financeira, encontrando-se no 31º lugar entre autarquias de média dimensão. Mantendo-se no TOP 100 do ranking global. Em resposta, às críticas apresentadas pela oposição, relativo a rubrica de despesas com o pessoal, informou que a rubrica representa 27%, das despesas totais, e não 62% referido pelo deputado Duarte Rocha. Referiu que, efetivamente, em relação a 2019, prevê-se um aumento de pouco mais de 1 milhão de euros., apresentando quatro razões a favor desse aumento: 1º Estar contemplado no orçamento novos contratos, referentes aos concursos que estão a decorrer para ocupação de 71 lugares; 2º Aumento dos vencimentos por progressão na carreira; 3º Aumento dos vencimentos, devido a mobilidade de funções, quer por atualização do grau de qualificação, quer pela alteração de funções nível superior; 4º Devido ao seguro de acidentes de trabalho, que agora a câmara municipal passa a ter. Finalizando referiu que, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, manifestava as suas felicitações pelo trabalho até



67

então elaborado, desejando a continuidade do rigor, empenho e dedicação em prol do concelho.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder a algumas questões colocadas e, relativamente ao amianto referiu que não tinha a informação precisa mas que, a existir seria residual. Sobre o Pavilhão da Escola Carlos Teixeira referiu que estavam a fazer um esforço para as obras estarem já em fase que não perturbe o próximo ano letivo. Relativamente ao Parque Automóvel pediu aos Membros para verem o valor previsto em orçamento e que o mesmo está vindo a ser renovado e continuará. Quanto aos salários referiu que já foi tudo devidamente esclarecido.-----

-----Pedi a palavra **Bruno Manuel Silva Oliveira** para esclarecer que em momento algum o Movimento Fafe Sempre quis referir ser necessário diminuir os salários ou reduzir pessoal. O que contestava era a adjudicação de trabalhos a entidades externas, considerando que existiam funcionários competentes e capazes para realizarem essas atividades. Deu como exemplo as jornadas literárias organizadas com o apoio de associações e que, na sua opinião correu muito bem.-----

A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e quatro abstenções, aprovar.-----

Ponto Dois Ponto Quatro – Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de autorização para celebrar e denunciar contratos de delegação de competências, acordos de execução e outros apoios, nos termos das alíneas j) e k), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses das populações das freguesias, de acordo com os critérios e/ou orientações aprovadas pela Assembleia Municipal. **A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto Dois Ponto Cinco – Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de estabelecer e fixar, nos termos do n.º 3, alínea b), do artigo 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), em 0,25% para o ano de 2020. **A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto Dois Ponto Seis - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara para fixar, nos termos do artigo 26º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em 3%, a participação variável do Município no IRS a liquidar em 2021, sobre os rendimentos dos Municípios de 2020. **A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----



Ponto Dois Ponto Sete - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara para emitir, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6º e n.º 4, do artigo 16º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos:-----

a) resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes no Plano – PPI e/ou PAM.-----

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

c) resultem de reprogramações financeiras legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas, sem prejuízo do disposto n.º 2 do artigo 12º do decreto-lei nº 127/2012 de 21 de junho.-----

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar.-----

Ponto Dois Ponto Sete Ponto Um - que na sequência do pedido de autorização prévia formulado referido no número anterior, seja igualmente autorizada a delegação no presidente da câmara municipal a assunção de compromissos plurianuais. **A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto Dois Ponto Sete Ponto Dois - que delibere ainda que a câmara municipal, com a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta. **A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto Dois Ponto Oito -Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa ao Mapa de Pessoal e respetivos anexos para 2020.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para apresentar a proposta tendo referido que o Mapa de Pessoal era idêntico ao do ano anterior e que refletia as necessidades identificadas pelos serviços. Referiu, ainda, que se coadunava com o processo em curso que, como já tinha sido referido, iria ter grande impacto no orçamento, mas sem pôr em causa as contas públicas.-----



-----Como mais ninguém quis intervir foi a proposta posta a votação.-----

A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e quatro abstenções, aprovar.-----

Ponto Dois Ponto Nove – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à 19ª Modificação – Revisão aos documentos previsionais de 2019.-----

-----Pedi a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar as duas razões que motivaram este pedido de correção de revisão do orçamento. Uma delas resultava do atraso de algumas obras e a necessidade de correção do cronograma financeiro das mesmas e, que já constavam no orçamento de 2020. A outra estava relacionada com a deslocação de verbas da rubrica de pessoal para a rubrica das freguesias, dado que processo de concursos de pessoal estava previsto terminar em setembro mas atrasaram-se e não foi necessário o valor previsto em orçamento.-----

-----Como mais ninguém quis intervir foi a proposta posta a votação.-----

A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e três abstenções, aprovar.-----

Ponto Dois Ponto Dez - Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à minuta de contrato inter-administrativo de delegação de competência nas freguesias, no âmbito da ação social escolar.-----

Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar.-----

-----De seguida procedeu-se à leitura da ata, em minuta que, posta à votação, foi **aprovada, por unanimidade.**-----

-----O Presidente da Mesa colocou, à votação a redação da ata da sessão ordinária de vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove **tendo sido aprovada, por unanimidade.** Colocou, ainda, à votação a redação da ata da sessão extraordinária de dezasseis de outubro de dois mil e dezanove, tendo sido aprovada, por maioria, com uma abstenção.-----

-----**Ponto três ponto um – Espaço de Intervenção aberto ao Público.**-----

-----Solicitou a palavra Fernando Miranda que teceu alguns comentários sobre as atividades municipais.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram onze



horas e quarenta minutos, do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezanove.-----
-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do
artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro
de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

João António